


EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

EDUCATION AND EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

 <https://doi.org/10.63330/armv1n8-015>

Submetido em: 29/10/2025 e Publicado em: 03/11/2025

Fábio dos Santos Coradini

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: fabioradinic@gmail.com

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/4179413222793488>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8134-5523>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica panorâmica da produção acadêmica recente sobre educação e políticas educacionais no Brasil, com ênfase nos artigos publicados nos últimos cinco anos (2019-2023). A revisão bibliográfica foi conduzida em quatro dos periódicos científicos mais relevantes, classificados como Qualis/CAPES “A-1”: Revista Brasileira de Educação (ANPED), Currículo sem Fronteiras (Organização), Caderno CEDES (UNICAMP) e Educação e Revista (UFMG). A análise teórico-interpretativa desta pesquisa busca explorar como as discussões sobre educação e formulação de políticas públicas evoluíram nesse período, destacando a interseção entre diferentes eixos temáticos, como equidade, inclusão, financiamento e as complexas relações entre educação e política. A análise também abrange a importância das áreas transversais que influenciam a construção de debates contemporâneos sobre políticas educacionais no Brasil. Além disso, o trabalho identifica tendências emergentes e desafios futuros, proporcionando uma visão abrangente sobre os impactos dessas políticas no cenário educacional brasileiro. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam significativamente para a ampliação do conhecimento sobre as dinâmicas de elaboração de políticas educacionais, fortalecendo o debate acadêmico e promovendo a difusão do conhecimento científico produzido no Brasil. A análise aqui apresentada oferece subsídios para que os leitores possam refletir criticamente sobre as transformações em curso e os caminhos futuros da educação e das políticas públicas no país.

Palavras-chave: Educação; Políticas educacionais; Qualis A1; Pesquisa científica; Revisão de literatura.

ABSTRACT

This paper aims to provide an in-depth critical analysis of recent academic production on education and educational policies in Brazil, focusing on articles published over the past five years (2019-2023). A bibliographic review was conducted across four leading scientific journals classified as Qualis/CAPES "A-1": Revista Brasileira de Educação (ANPED), Currículo sem Fronteiras (Organização), Caderno CEDES (UNICAMP), and Educação e Revista (UFMG). The research explores how discussions on education and public policy formulation have evolved during this period, emphasizing the intersection of key thematic axes such as equity, inclusion, funding, and the complex relationships between education and politics. The analysis also examines the influence of cross-cutting areas that shape contemporary debates on educational policies in Brazil. Additionally, the study identifies emerging trends and future challenges, offering a comprehensive view of the impact of these policies on the Brazilian educational landscape. The expected



results include a significant contribution to the understanding of educational policy formulation dynamics, strengthening academic debate and promoting the dissemination of scientific knowledge produced in Brazil. The analysis presented here offers readers the tools to critically reflect on ongoing transformations and the future paths of education and public policy in the country.

Keywords: Education; Educational policies; Qualis A1; Scientific research; Literature review.



1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra as atividades da disciplina obrigatória "Educação e Demandas Populares", oferecida no semestre 2024.2 e coordenada pelo Professor Dr. Amauri Mendes Pereira, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A disciplina tem como objetivo promover uma compreensão analítica das relações entre sociedade, Estado e educação, abordando a educação como uma política pública. Nesse contexto, são explorados diversos aspectos sociais, como as ações coletivas entendidas como instâncias de educação popular, as demandas populares, os movimentos sociais e suas conexões com educação e cidadania, além das lutas sociais pelo direito à educação na sociedade contemporânea.

Com o intuito de compreender a abrangência dos estudos sobre educação e políticas educacionais, foram analisados textos publicados em revistas científicas de alto impacto, classificadas como A1 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a saber: *Revista Brasileira de Educação*, *Educação em Revista*, *Currículo sem Fronteiras* e *Cadernos CEDES*.

A partir da proposta de análise do conceito de "Educação e Políticas Educacionais", foi realizada uma revisão sistemática dos artigos publicados nesses periódicos especializados. Foram selecionados textos que abordam a definição e os desdobramentos das políticas educacionais, utilizando as contribuições teóricas de Almeida e Silva como base para a identificação e análise do material relevante. Segundo esses autores, políticas educacionais podem ser entendidas como:

[...] formas de intervenção nas instituições e práticas educativas para regulá-las ou desregulá-las, segundo determinado consenso, sendo tanto de ordem tecnoburocrática (des/regulamentação curricular, avaliação e supervisão) jurídica (atrelamento da escola às exigências das leis e diretrizes educacionais, exigência do cumprimento do que foi estabelecido em planos nacionais de educação e cumprimento das determinações de estatutos de setores diversos ao da educação, ingerência de órgãos judiciais), policial (instalação de câmeras, de sistema de segurança e vigilância e mesmo a criação de patrulhas escolares), quanto ideológica e pedagógica (programas de formação de professores, gestores e técnicos administrativos) (Almeida; Silva, 2015, p. 29).

É fundamental, além de compreender o conceito de política educacional, reconhecer a importância das pesquisas nessa área da educação. De acordo com Almeida e Silva (2015, p. 29), "as pesquisas são formas rigorosas de produção de conhecimento para subsidiar e orientar as políticas educacionais, mas também para mistificá-las, justificá-las ou questioná-las, desmistificá-las e até mesmo denunciá-las, propondo aperfeiçoamentos ou sua supressão". Assim, as pesquisas podem tanto estar vinculadas à formulação de políticas educacionais quanto à resistência a elas, alinhando-se ora às forças de dominação e manipulação do consenso, ora às bases democráticas da gestão, entendida como um campo de luta dos trabalhadores em educação (Almeida; Silva, 2015, p. 29).



Inicialmente, foram identificados cerca de 2.411 artigos, dos quais aproximadamente 723 (30%) abordavam especificamente o tema de políticas educacionais, o que evidencia sua relevância no campo educacional. Desses, 83% foram escritos por pesquisadores de instituições públicas de ensino. Nas universidades públicas, o incentivo à pesquisa é amparado pelo artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, o número reduzido de pesquisas realizadas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas é alarmante, considerando que, segundo o Censo da Educação Superior (INEP, 2019), 88,2% das IES no Brasil pertencem ao sistema privado, concentrando 48,1% das matrículas. Isso nos leva a refletir sobre os objetivos dos cursos oferecidos por essas instituições e as razões do desinteresse em pesquisa e extensão.

Outro dado relevante refere-se à análise do gênero dos autores e coautores. Embora 79,42% dos docentes da educação básica no Brasil sejam mulheres (INEP, 2021), essa proporção se inverte no ensino superior, onde as mulheres ocupam apenas 46,77% das posições nas IES (INEP, 2020).

Para uma análise mais precisa das pesquisas sobre políticas educacionais no Brasil, é essencial realizar um recorte regional da produção científica, especialmente considerando as profundas desigualdades econômicas e sociais que impactam as diferentes regiões do país de maneira desigual. Um dos instrumentos mais reconhecidos para avaliar as condições de vida em uma localidade é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se baseia em indicadores como qualidade de vida, renda per capita, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, expectativa de vida e qualidade dos serviços públicos, incluindo saúde, educação e infraestrutura (Freitas, 2021). Esse índice permite identificar os fatores que contribuem para as diversas formas de desigualdade presentes no Brasil.

Neste estudo, verificou-se que 41,77% da produção científica no Brasil está concentrada na região Sudeste, seguida pela região Sul, com 28,61%. Essas regiões, que possuem os maiores IDHs do país, juntas, representam aproximadamente 70% da produção científica nacional. Pochmann e Silva (2020) destacam que a diminuição do abismo entre estados ricos e pobres no Brasil só será possível mediante um esforço significativo do Governo Federal, com foco em "investimentos em infraestrutura [...] e ações de reestruturação do sistema educacional (ensino e pesquisa) nas regiões com menor densidade econômica e estrutura produtiva menos desenvolvida" (2020, p. 12). Esse cenário reflete a tendência natural do sistema capitalista de concentrar riquezas.

Com base na análise da produção científica sobre políticas educacionais no Brasil, o próximo passo é examinar as publicações das principais revistas de educação do país nos últimos cinco anos (2019-2023), identificando os temas de maior relevância. As áreas de enfoque deste estudo incluem: inclusão educacional, políticas de gestão na educação, formação docente e políticas curriculares, cada uma explorada em detalhe, destacando sua importância para o avanço da educação brasileira.



2 FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

A educação é um direito fundamental, garantido a todos os indivíduos pela Constituição Federal, sendo um dever compartilhado entre o Estado e a família. Seu objetivo é promover a igualdade de oportunidades, independentemente da idade ou condição dos cidadãos. Nesse contexto, a educação inclusiva desempenha um papel crucial, abrangendo diversas áreas educacionais e correntes pedagógicas tanto no Brasil quanto no cenário internacional. Ela se fundamenta na integração de diferentes espaços de conhecimento e vivências, representando uma luta contínua por uma sociedade mais justa e equitativa, onde os direitos de todos são assegurados.

Ao considerar a educação inclusiva, é importante reconhecer a amplitude dos grupos atendidos, incluindo crianças com deficiências ou superdotadas, crianças em situação de rua ou em trabalho infantil, crianças de regiões remotas ou nômades, bem como aquelas pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e outros grupos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade (UNESCO, 1994, p. 3).

A inclusão é vista como um processo social no qual todos, independentemente de suas capacidades, dificuldades de aprendizagem ou outras condições, têm o direito a uma educação de qualidade. Este modelo valoriza a diversidade e reconhece as diferenças como parte essencial do ambiente educacional, buscando proporcionar a máxima excelência e equidade no processo de aprendizagem para todos os estudantes.

A inclusão em educação além de ser amparada/ legitimada por variadas Políticas públicas educacionais é coerente com o processo da democratização do ensino e da sociedade, no qual objetiva demandas específicas que vão ao encontro dos estudantes/sujeitos. Assim, discorrer sobre tal tema é demasiadamente necessário para a armação de uma sociedade emancipada, e, por conseguinte de uma educação plural, justa e acolhedora (Andrade; Damasceno, 2020, p. 218).

Na educação especial, o foco é o desenvolvimento de habilidades e competências em indivíduos com deficiências, sejam elas físicas, intelectuais, comportamentais ou múltiplas, incluindo casos de altas habilidades. Este campo abrange diferentes níveis do sistema educacional, com ênfase na adaptação de estratégias pedagógicas para atender às necessidades específicas desses alunos. Em contraste, a escola inclusiva visa promover um ambiente de compartilhamento, imparcialidade e acolhimento, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), em seu Título II, Artigo 3º, estabelece os princípios que orientam a educação no Brasil, dos quais destacam-se os seguintes:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;



IV – Respeito à liberdade e valorização da tolerância.

Garantir o acesso e a permanência na escola significa assegurar que todos os indivíduos, sem discriminação de raça, cor, gênero, etnia ou outras características, tenham o direito de frequentar e permanecer na instituição de ensino, como estabelece o artigo 205 da Constituição Federal de 1988.

Entre os princípios fundamentais da educação inclusiva, destaca-se o reconhecimento do acesso à educação como um direito universal. Trata-se de uma educação que cria sentidos, gera oportunidades de participação e se conecta com a realidade. A publicação de documentos norteadores sobre educação inclusiva e especial há décadas visa regulamentar e orientar essas ações.

Nos anos 1990, os organismos internacionais incluem a educação em suas agendas, como, por exemplo, a Unesco, que realiza a Conferência Mundial Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, e publica relatórios e documentos orientadores aos países signatários dos resultados da Conferência. Tais documentos são: A educação para todos (1990), A educação ao longo da vida (1993) e, ainda, Educação, um tesouro a descobrir (1996). Este último preconiza quatro pilares para a educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (Pereira, 2016).

Embora legislações sejam elaboradas com o intuito de promover o avanço de políticas educacionais voltadas para a educação inclusiva, muitas vezes elas se concentram predominantemente na educação especial. Essa associação entre educação inclusiva e educação especial é comum, uma vez que documentos oficiais frequentemente tratam inclusão e deficiência como conceitos interligados. Contudo, a ausência de uma compreensão clara do que constitui inclusão pode impactar as atitudes e comportamentos das pessoas, uma vez que o conceito de inclusão deve englobar todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiências, pertencentes a minorias étnicas ou de gênero, bem como aqueles que enfrentam vulnerabilidades sociais.

A educação inclusiva é um movimento que busca promover transformações sociais e culturais em todas as esferas, incluindo o contexto escolar. Este movimento é caracterizado pela diversidade nos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos, envolvendo responsabilidades compartilhadas entre todos os agentes do sistema educacional.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS DO GERENCIALISMO

É interessante observar que, ao abordarmos as Políticas Educacionais, os temas relacionados à gestão educacional costumam se destacar imediatamente. No entanto, os dados coletados indicam que, embora sua relevância seja evidente, a categoria “gestão” não se destacou tanto quanto prevíamos. Dentro desse campo importante, a própria categoria que dá nome ao assunto é a que mais se sobressai.

Antes de discutirmos as razões para essa constatação, é fundamental definir o que entendemos por “gerencialismo”. De acordo com José dos Santos Sousa (2017), o gerencialismo, também chamado de “nova gestão pública”, refere-se às reestruturações governamentais que tiveram início globalmente na



década de 1970. Contudo, foi na década de 1990 que esse conceito se consolidou. Essas datas não são meras coincidências, pois o gerencialismo busca substituir a “velha burocracia estatal” por uma nova cultura organizacional no setor público (ibidem). Esse processo de transformação está inserido na crise estrutural do capital que ocorreu entre 1960 e 1970, culminando no auge do neoliberalismo na década de 1990 e persistindo até os dias atuais (Figueiredo, 2018).

Na prática, o gerencialismo se tornou mais evidente no Brasil a partir do governo FHC (1995-2003). Com o pacote de reformas para a administração pública (BRASIL, 1995), a Educação, como parte do Estado, passou a ser influenciada pela principal característica que diferencia o gerencialismo da “gestão”. Enquanto o gerencialismo se foca na avaliação de resultados e impactos, a gestão tem como prioridade a eficiência.

Essa diferença sutil torna-se clara ao analisarmos o notável aumento e especialização de avaliações em larga escala, que têm como objetivo medir e acompanhar os resultados das políticas educacionais resultantes do mencionado pacote de reformas. Os exemplos são diversos, abrangendo desde a Educação Básica, como no caso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), até avaliações mais amplas, como o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA). Além disso, temos o clássico exemplo do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), em sua proposta original.

Entretanto, ao considerarmos o contexto histórico em que o gerencialismo surgiu, podemos perceber a origem ideológica de suas estratégias. O mecanismo de mensuração de resultados reflete uma perspectiva mercadológica, caracterizada por uma relação de clientela. Nessa relação, a sociedade é vista como o cliente, enquanto o Estado atua como seu “fornecedor”. É sob essa lógica de mercado que as políticas educacionais são formuladas, moldando as escolas de uma maneira mercantilizada.

Para implementar uma pedagogia voltada para o Mercado, é necessário promover reformas dentro da própria reforma administrativa proposta pela equipe do governo FHC, conhecida como “Nova Gestão Pública”. Essas mudanças surgem da necessidade de um novo modelo de trabalhador, uma ideia reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96), que atribui à Educação a função de preparar para o mundo do trabalho. Nesse contexto, “(...) a educação se torna uma dimensão estratégica (...) assim, a educação assume novos contornos direcionados à lógica produtiva, (...) conferindo um sentido lógico à concepção de competências a serem adquiridas, como condição para garantir a empregabilidade. É nesse cenário que a educação básica e a educação profissional são utilizadas como estratégias para formar trabalhadores de um novo tipo, reeditando a dualidade entre trabalho manual e intelectual, estabelecendo uma nova relação entre trabalho e educação” (Figueiredo, 2018, p. 37).

Assim, o conceito de “competências” é central na polêmica Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2015 e na Reforma do Ensino Médio de 2017. Ambas incentivam a competitividade, muitas vezes recompensada por meio de prêmios e bonificações salariais (Souza, 2017, p. 184). A análise das



reformas propostas pela BNCC e pelo Novo Ensino Médio, conforme discutido nas produções acadêmicas sobre “Reformas Educacionais”, revela uma ideia subjacente de responsabilização social e até mesmo individual, evidenciando a ideologia neoliberal que permeia o gerencialismo.

Outra característica do gerencialismo é seu objetivo contínuo de “desregulamentar a administração pública, estabelecendo a lógica do mercado como a única forma de regulação” (Ibidem, p. 183). Essa abordagem neoliberal se manifesta em programas de financiamento para políticas educacionais, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), ambos com parcerias com instituições privadas de ensino superior.

Portanto, o gerencialismo pode ser entendido como um espaço de luta hegemônica que distancia os profissionais da educação de uma capacidade crítica e contra-hegemônica, convertendo o capital na única via viável (Shiroma, 2006). Isso é refletido pelo baixo número de produções acadêmicas na categoria de Educação Mecanicista e pelos impactos negativos para a educação democrática. Contudo, apesar de parecer um ataque significativo e irreversível à educação, acreditamos na capacidade de uma sociedade civil organizada em defesa da educação democrática.

4 FORMAÇÃO E DOCÊNCIA: PERSPECTIVAS PARA A PRÁTICA

Neste estudo, investigou-se a relação entre a formação docente e a prática profissional dos educadores, fundamentando-se em artigos categorizados. Entre 2019 e 2023, foram identificados aproximadamente 73 artigos que tratam da formação e do trabalho docente, distribuídos em 11 categorias: trabalho docente; disciplinas; prática docente; alfabetização e letramento; docentes iniciantes; planos educacionais; formação continuada; competências; inclusão; tecnologia e cultura digital; e avaliação.

É importante notar que, até a década de 1970, a formação e o trabalho docente não eram considerados áreas de pesquisa relevantes. Os estudos publicados até aquele período focavam predominantemente na dimensão técnica do trabalho dos educadores. Somente a partir dos anos 1980 emergiu uma abordagem crítica ao enfoque técnico e funcionalista predominante na formação de professores. A consolidação da formação docente como um campo de pesquisa ocorreu em 1986, com a publicação de uma revisão de literatura especializada na revista *Handbook of Research on Teaching* (Diniz-Pereira, 2013).

Observou-se, no contexto das políticas educacionais, uma crescente preocupação entre os autores em relação às condições de trabalho dos docentes, assim como à valorização e desvalorização da profissão. Esse foco está intimamente ligado à reestruturação do trabalho pedagógico, à precarização do trabalho docente e ao fenômeno da “uberização” da profissão. Outro aspecto crucial identificado nas pesquisas refere-se à formação inicial e continuada dos professores, além das condições que impactam suas práticas pedagógicas.



Ao correlacionar os apontamentos dos pesquisadores, constatou-se que as reformas educacionais iniciadas na década de 1990 no Brasil e em outros países da América Latina têm um impacto significativo nessas questões. Essas reformas visam definir o perfil do trabalhador a ser formado e afetam não apenas o nível das escolas, mas todo o sistema educacional, provocando mudanças profundas na natureza do trabalho escolar e docente (Oliveira, 2004).

Identificamos nessas reformas uma nova regulação das políticas educacionais, que afeta diretamente a composição, a estrutura e a gestão das escolas, assim como as práticas docentes. Nesse contexto, os professores precisam adaptar-se a conceitos como produtividade, eficácia, excelência e eficiência, frequentemente extraídos das teorias administrativas e aplicados ao campo pedagógico (Oliveira, 2004, p. 1130).

A análise da trajetória política das reformas indica que as soluções para a educação brasileira se inserem no contexto do neoliberalismo, caracterizado pela privatização, pela adaptação dos currículos às necessidades do mercado, pela competição como reguladora da qualidade, pela padronização dos conhecimentos dos professores e pelos critérios de avaliação de competências e credenciamento das instituições (Felipe; Brito; Cunha, 2021, p. 147).

Outro aspecto crucial refere-se à crescente exigência em relação à formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, que se alinha ao modelo gerencial. Essa dinâmica transfere a responsabilidade pelos resultados diretamente ao educador, eximindo o Estado de suas obrigações, como a provisão de tempo e espaço adequados para a formação e o cumprimento das obrigações legais.

Conclui-se que a mercantilização da educação e de seus processos, descrita por Aparecida Tiradentes do Santos (2012) como uma "pedagogia de mercado", tem como objetivo *desintelectualizar* o professor. Nesse sentido, compartilhamos a perspectiva de Felipe, Cunha e Brito (2021) sobre a importância deste eixo de pesquisa, que defende a necessidade de intelectualizar os docentes, a fim de capacitá-los a enfrentar os desafios contemporâneos e proporcionar as condições necessárias para atuar pedagogicamente em contextos educativos diversos e plurais. A pesquisa é um componente fundamental desse processo, tanto para aprimorar as práticas educativas quanto para construir, inovar e socializar conhecimentos neste campo. Formar para a autonomia é essencial, pois fornece aos professores as ferramentas necessárias para lidar com a incerteza, a novidade e os problemas concretos das instituições educativas, que são tão complexos que escapam à simplificação de perfis profissionais (Felipe; Cunha; Brito, 2021, p. 145).

5 DIRETRIZES E DESAFIOS: POLÍTICAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO

As teorias curriculares abordam a função e as perspectivas do currículo no contexto educacional, sendo classificadas em tradições, críticas e pós-críticas. No entanto, o currículo transcende a mera abstração teórica; ele é, fundamentalmente, uma ferramenta para regular as práticas pedagógicas.



Lopes (2006) descreve o currículo como um processo construído em cada escola a partir das experiências e memórias culturais de seus participantes, moldando-se de acordo com suas histórias e práticas pedagógicas. Segundo Lopes (2006, contracapa), o currículo se entrelaça em cada escola com as vivências de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica a cultura e a memória de outras instituições e cotidianos que experienciaram. É nessa extensa rede de subjetividades que cada indivíduo traça suas histórias como aluno e professor. O currículo de cada escola se configura como um grande tapete que nos conecta, formando tramas variadas, cuja beleza e complexidade dependem das relações culturais que mantemos e da memória que temos da escola (Lopes, 2006, contracapa).

Essa perspectiva é corroborada por Tomaz Tadeu da Silva, que afirma que “o currículo é sempre resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes, selecionando-se aquela parte que vai constituir precisamente o currículo” (Silva, 2005, p. 15). Essas características conferem ao currículo um caráter polissêmico e uma definição complexa, refletindo um vasto campo de atuação pedagógica repleto de diferentes disputas e ideologias. Essa diversidade se manifesta nas principais categorias de pesquisa sobre o currículo, incluindo: Currículo e Decolonialismo, Currículo, Práticas e Atuação Docente, Currículo e Disciplinas, Currículo e Reformas, Currículo e BNCC (Base Nacional Comum Curricular), Currículo e Avaliação, Currículo e Políticas Curriculares, Currículo e Letramento, Currículo e Teoria Crítica, e Currículo e Competências.

O currículo representa a expressão e a concretização do plano cultural de uma sociedade, sendo a escola o espaço destinado à aplicação desse projeto intencional. A partir da análise dos periódicos e da relevância das temáticas mencionadas, é possível observar que as teorias curriculares atuam como veículos de disputas contra-hegemônicas na sociedade civil, enquanto as políticas educacionais desempenham o papel de mediadoras dessas disputas.

Para Silva (2005, p. 17), “é preciso entender o que as teorias do currículo produzem nas propostas curriculares e como interferem em nossa prática. Uma teoria define-se pelos conceitos que utiliza para conceber a realidade. Os conceitos de uma teoria dirigem nossa atenção para certas coisas que, sem elas, não veríamos. Os conceitos de uma teoria organizam e estruturam nossa forma de ver a realidade”.

Com base na análise realizada, os conteúdos que sustentam as teorias curriculares articulam a cultura “escolarizada”, que forma a base da nossa sociedade e perpetua as condições reais de aprendizagem ao longo da trajetória formativa. Nesse sentido, questionamo-nos: para qual realidade estamos preparando nossos discentes na contemporaneidade? As categorias identificadas refletem essa indagação, uma vez que as temáticas emergentes no campo científico sustentam a premissa de que a educação deve transcender o mero desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a globalização e o mercado de trabalho.

Além disso, é pertinente considerar o currículo do Ensino Superior, um ponto central nos debates contemporâneos sobre políticas curriculares. O Ensino Superior abrange uma ampla gama de temas e



frequentemente se intersecciona com outros eixos abordados nesta pesquisa. Assim, os artigos selecionados concentram-se exclusivamente em questões pertinentes a este nível de ensino, totalizando 27 artigos agrupados em três categorias: (1) artigos focados em questões dos discentes, (2) artigos sobre a estrutura e o financiamento das universidades, e (3) pesquisas relacionadas a instituições ou iniciativas estrangeiras.

No primeiro grupo, encontramos 7 artigos que discutem políticas de acesso e permanência, com um foco predominante na eficácia das políticas públicas, como o PROUNI e o Bolsa Família. O segundo grupo inclui 16 artigos que abordam temas variados, como políticas de expansão universitária, extensão e pesquisa, autonomia e gestão democrática, formação docente, modalidades de ensino e avaliação das graduações. Devido à diversidade dos subtemas, os artigos neste grupo variam entre avaliações, análises e comparações. Por fim, o terceiro grupo é composto por 5 artigos que investigam instituições ou iniciativas internacionais, tanto por pesquisadores brasileiros quanto estrangeiros.

Após essa análise, observamos uma redução gradual no número de artigos publicados sobre o eixo "Ensino Superior" nas revistas selecionadas a partir de 2019, culminando com apenas 4 artigos publicados em 2021. Notavelmente, nas revistas CEDES e Currículo Sem Fronteiras, não foram encontrados artigos sobre o Ensino Superior nas edições de 2019 a 2023. Acredita-se que essa diminuição nas publicações foi influenciada pelo cenário político brasileiro até o ano de 2023. Os anos anteriores foram marcados por ataques políticos à Educação e à Ciência por parte da extrema direita, bem como pela política de austeridade dos governos Temer e Bolsonaro, impactando negativamente a produção acadêmica nesse campo.

É importante destacar que o governo de Jair Bolsonaro deu continuidade à implementação de políticas de reformas, privatizações e cortes, incluindo a reforma da previdência realizada em 2019. Durante sua administração, observou-se um ataque significativo às universidades federais, caracterizado por substanciais cortes orçamentários. O governo iniciou uma série de reduções no orçamento das universidades e nas bolsas de pesquisa, impactando, inclusive, estudos relacionados a vacinas e ao COVID-19 (UOL, 2021). Em 2021, todas as 69 universidades federais enfrentaram uma redução de 18,16% em seus orçamentos (UOL, 2021).

Além das medidas de austeridade, a ciência e a educação sofreram um ataque adicional. O impeachment da presidente Dilma Rousseff marcou o fortalecimento da direita, especialmente da extrema direita, no Brasil recente, o que facilitou a ascensão do Bolsonarismo nas eleições de 2018. É relevante ressaltar que esse movimento utilizou extensivamente a criação e disseminação de "fake news" sobre diversos temas, alimentando um universo conservador e moralista que frequentemente atacava ou deslegitimava a ciência e a educação.

De acordo com Giuliano da Empoli em "Os Engenheiros do Caos" (2019), Bolsonaro adotou um novo *modus operandi* associado a extrema direita populista, sendo Steve Bannon um dos principais influenciadores. Bannon, que desempenhou um papel crucial na campanha presidencial de Donald Trump



em 2016, ajudou a implementar o uso massivo de “fake news” como uma característica distintiva das campanhas populistas contemporâneas, marcando um ponto crítico na disseminação de desinformação em campanhas eleitorais.

Após sua eleição, o governo de Bolsonaro continuou a atacar a ciência, especialmente durante a pandemia, ao promover campanhas negacionistas, como o "Kit Covid", e antivacinas. O presidente foi um dos principais propagadores dessas políticas, conforme evidenciado por suas declarações públicas e entrevistas, criando um ambiente hostil à ciência. A disseminação de desinformação e os cortes orçamentários tornaram-se o "legado" do bolsonarismo para as universidades.

A pandemia indiscutivelmente teve um impacto profundo na produção acadêmica em 2021, refletindo as diversas maneiras pelas quais o COVID-19 afetou a vida cotidiana. No entanto, a combinação de políticas neoliberais de austeridade e a campanha anti-ciência promovida pela extrema direita são fatores cruciais para compreender a redução na quantidade de publicações acadêmicas nesse período. Apesar desse declínio, as comunidades acadêmicas continuaram a gerar conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão, resistindo às campanhas e políticas anticientíficas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nesta pesquisa demonstra um aumento expressivo na quantidade de artigos publicados entre 2019 e 2023, com ênfase no ano de 2019, que coincide com as eleições que resultaram na ascensão do Governo Bolsonaro. Nesse ano, foram registrados 605 artigos em uma variedade de temas, considerando exclusivamente as revistas selecionadas para nossa investigação. Contudo, notamos um declínio na produção de artigos a partir de 2020. Ao investigar as possíveis causas dessa diminuição, identificamos fatores que podem ter influenciado essa tendência, como a queda observada entre 2020 e 2021, atribuída às consequências da pandemia de COVID-19, que incluíram o aumento do desemprego e a busca por novas fontes de renda e subsistência.

Além disso, um fator relevante que impactou essa produção foi o conjunto de ataques à ciência brasileira e a campanha de descrédibilização promovida por membros do governo. Nesse contexto, destaca-se uma das falas mais problemáticas do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, divulgada em abril de 2019:

Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. (...) A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo (...) Sem-Terra dentro do Campus, gente pelada dentro do Campus.

Em complemento a essa declaração, o ex-ministro anunciou uma redução de 30% nas verbas discricionárias das universidades públicas, como a UNB, UFF e UFBA. Essa medida fez parte de uma série



de cortes orçamentários que também afetaram outras instituições de ensino superior. O discurso do ministro manifestou uma postura ameaçadora, ao vincular o financiamento das universidades públicas às suas posturas ideológicas e ao alinhamento com as expectativas da gestão, ignorando princípios fundamentais como a pluralidade de pensamento, a liberdade acadêmica e a autonomia universitária, que são intrínsecos às instituições públicas. É relevante ressaltar que, apesar das críticas e dos cortes, as três universidades afetadas pelo primeiro conjunto de reduções conseguiram melhorar seu desempenho e ascender em rankings internacionais.

A análise dos artigos selecionados evidência que eles refletem de maneira fiel o contexto social e político da época. Na questão da inclusão educacional, o objetivo de promover a aprendizagem universal e a igualdade de oportunidades, além de valorizar a diversidade, torna-se um campo de tensões e debates, uma vez que as políticas de inclusão geram discussões e divergências contínuas.

No que diz respeito às políticas de gestão na educação, observamos que essas não apenas influenciam a prática educativa, mas também exercem impacto na sociedade e nos mecanismos de controle, configurando-se como arenas de disputa em diversas esferas. Em relação à formação e à docência, a escola e os professores enfrentam grandes responsabilidades no que tange aos meios e fins de sua atuação. Assim, esse espaço se transforma em um palco de disputas e influências externas que afetam a prática docente. O gerencialismo propõe um novo modelo de administração pública, focado em resultados e na prestação de contas à sociedade com base em índices de mercado, evidenciando como as políticas educacionais impactam essa dinâmica. A adaptação dos indivíduos ao modelo gerencial no trabalho educativo assegura o funcionamento eficiente da lógica mercadológica.

As políticas curriculares na educação exercem uma influência direta sobre as práticas pedagógicas nas salas de aula, dada sua função orientadora e padronizadora. Nesse sentido, o ensino superior emerge como um campo de disputa, especialmente considerando a redução na produção de artigos, pois representa um espaço vital para a produção científica e para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas educacionais.

Durante a pesquisa, foram identificadas diversas lacunas nas áreas analisadas. Por exemplo, constatou-se uma carência significativa de artigos que abordem a implementação efetiva de políticas educacionais inclusivas, bem como aqueles que discutem a formação de professores na Educação Infantil e no Ensino Médio, entre outros temas. Nesse contexto, é importante destacar que essas lacunas não são neutras e podem ser compreendidas como lacunas de conhecimento (Qiu; Wang; Nian, 2014), ocorrendo quando o recurso de conhecimento intangível da rede não atende às necessidades específicas do ator. Assim, é fundamental que novas pesquisas sejam realizadas para preencher essas lacunas, visando aprimorar a compreensão e a eficácia das políticas educacionais em um cenário em constante transformação.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SILVA, Sidney Reinaldo da. A perspectiva epistemológica em Antonio Gramsci e a pesquisa de políticas educacionais. ETD – Educ. Temat. Digit. Campinas, São Paulo, vol. 17, nº 1, jan.-abr./2015. p. 27- 41.
- ANDRADE, P. F. DAMASCENO. A. Novas Construções Sociais de Aprendizagem: Inclusão em Educação Para Quê? Juiz de Fora. Revista Educação Foco, v. 25. n.3, p. 211 – 230, set./dez. 2020. ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da República Federativa da União, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, DF: MARE, 1995.
- DINIZ-PEREIRA, Júlio M. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. Salvador: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, 2013.
- EMPOLI, Giuliano da. Os Engenheiros do Caos. São Paulo: Vestígio, 2019.
- FELIPE, Eliana da Silva; CUNHA, Emmanuel Ribeiro; BRITO, Ana Rosa Peixoto de. O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil. Práxis Educacional, [S.L.], v. 17, n. 46, p. 1-25, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8920>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- FIGUEIREDO, Bruno O. Contrarreforma burguesa na gestão de Sistemas Públicos Educacionais no Brasil. In: Gestão educacional: reflexões e propostas / organizadores: Daniel Eveling da Silva, Helena Rivelli de Oliveira, Mônica da Motta Sales Barreto, Rita de Cássia Oliveira. Juiz de Fora: Projeto CAEd, Fadepe/JF, 2018. 187p.
- FREITAS, Eduardo de. Desigualdades Regionais. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/desigualdades-regionais.htm>. Acesso em 15 ago. 2024.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2020. Brasília: Inep, 2021.
- LOPES, Alice C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Campinas: CEDES, 2004.



PEREIRA, R. S. A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Brasília. 284f. 2016.

PONCHMANN, Marcio; SILVA, Luciana Caetano da. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 22, 2020.

SANTOS, Aparecida de F. T. dos. *Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e Liderança: novos motes da gestão educacional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUL ANPED SUL (mesa redonda), 6. 2006, Santa Maria: Anped, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, José dos Santos. Gerencialismo. In: SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte (Organizadora). *Organização institucional e acadêmica na expansão da educação superior: glossário*. Rio de Janeiro: Publit, 2017. p. 54-58.

UNESCO, *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação*. Na área das necessidades educativas especiais. Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.